

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE ECONÔMICA E
NÍVEL DE BEM-ESTAR.**

MONOGRAFIA

MAYARA FENNER

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

A RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE ECONÔMICA E NÍVEL DE BEM-ESTAR.

Mayara Fenner

Monografia de graduação apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**

Orientador: Prof. Doutor Roberto da Luz Júnior

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação
de Graduação**

**A RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE ECONÔMICA E NÍVEL DE BEM-
ESTAR.**

elaborada por
MAYARA FENNER

como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas

COMISSÃO EXAMINADORA

Roberto da Luz Júnior, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Irina Mikhailova, Dr. (IFESP - Rússia)

Kalinca Léia Becker, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 13 de dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais por todo apoio, pelo incentivo e principalmente por tornar possível realizar meu desejo de cursar a graduação de ciências econômicas. Agradeço aos meus avós por me apoiarem nessa jornada longe de casa, por se preocuparem com meu bem estar, e por me acolherem tão bem quando com saudades retornei para casa.

À todos os professor que me orientaram nessa caminhada, meu muito obrigada. Em especial quero agradecer ao professor Dr. Roberto da Luz Júnior por todos os ensinamentos ao longo do curso, por estar sempre disposto e bem humorado para me ajudar na vida acadêmica e profissional, por me orientar nesse trabalho, e principalmente por ter me ajudado a me tornar uma economista.

A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente a obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo.

(Milton Friedman)

RESUMO

Dissertação de Graduação
Programa de Graduação em Ciências Econômicas
Universidade Federal de Santa Maria

A RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE ECONÔMICA E NÍVEL DE BEM-ESTAR

AUTOR: MAYARA FENNER

ORIENTADOR: ROBERTO DA LUZ JÚNIOR

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de dezembro de 2016.

Este trabalho estuda a relação entre a liberdade econômica dos países, medida através do nível de intervencionismo governamental, e seu crescimento e desenvolvimento econômico. Através do estudo desta relação procurou-se entender qual o tipo de governo, mais intervencionista ou não, apresenta melhores resultados. Para analisar quão livre é um país utilizou-se o Índice de Liberdade Econômica da Fundação Heritage, para analisar crescimento econômico utilizou-se o PIB per capita dos países, e para analisar desenvolvimento econômico utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano. Fez-se uma análise qualitativa, buscando evidências da influência da liberdade econômica no crescimento e desenvolvimento das nações.

Palavras chave: Índice de Liberdade Econômico, crescimento econômico, desenvolvimento econômico, intervencionismo.

ABSTRACT

Dissertação de Graduação
Programa de Graduação em Ciências Econômicas
Universidade Federal de Santa Maria

A RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE ECONÔMICA E NÍVEL DE BEM-ESTAR

AUTOR: MAYARA FENNER

ORIENTADOR: ROBERTO DA LUZ JÚNIOR

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de dezembro de 2016.

This work studies the relation between economic freedom of countries, measured of the government interventionism level, and thy growth and economic development. Through the analysis of this relation it is tried to understand witch type of government, more interventionist or not, presents the best results. To analyze how free each country is, it was used the Economic Freedom Index calculated by Heritage Foundation, and to analyze the economic growth, it was used the GDP per capita of the countries, and to analyze the economic development it was used the Human Development Index. It took place one qualitative analysis, seeking evidences of economic freedom at the development and growth of nations.

Key words: Economic Freedom Index, Economic growth, economic development, interventionism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Escala do índice de liberdade Econômica.....	20
Quadro 02 – Categorias que compõem o Índice de Liberdade Econômica	21
Quadro 03 – Escalas do IDH.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Média global do Índice de Liberdade Econômica.....	30
Gráfico 02 – Distribuição Dos Países nas Categorias do Índice de Liberdade Econômica.....	31
Gráfico 03 – PIB per capta x índice de Liberdade Econômica.....	33
Gráfico 04 – PIB per capta x Categorias do Índice de Liberdade Econômica.....	34
Gráfico 05 – PIB per capta distribuído em Regiões.....	35
Gráfico 06 – Distribuição dos Países nas Categorias do Índice de Liberdade Econômica.....	36
Gráfico 7 - Índice de Liberdade Econômica x Desenvolvimento Humano.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	13
1.4 JUSTIFICATIVA.....	13
1.5 METODOLOGIA.....	14
1.6 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
2.1 INTERVENÇÃO ESTATAL.....	16
2.1.1 <i>Keynes</i>	17
2.1.2 <i>A corrente Liberal</i>	18
2.1.3 <i>Índice de Liberdade Econômica</i>	19
2.1.3.1 Composição do Índice de Liberdade Econômica	20
2.1.3.1.1 Estado de Direito	21
2.1.3.1.2 Tamanho do Governo.....	22
2.1.3.1.3 Eficiência Regulatória.....	23
2.1.3.1.4 Abertura de Mercado	25
2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO	26
2.2.1 <i>PIB per Capta</i>	26
2.3 DESENVOLVIMENTO.....	27
2.3.1 <i>Índice de Desenvolvimento Humano</i>	28
3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS LIBERAIS NO MUNDO	29
3.1 POLÍTICAS LIBERAIS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO	32
3.2 POLÍTICAS LIBERAIS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	41

1 INTRODUÇÃO

Esta sessão apresenta a definição do problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa da pesquisa, apresenta também a metodologia e a estrutura da pesquisa.

1.1 Definição do Problema

A economia é uma ciência social que estuda a atividade econômica, e que pode ser dividida em duas grandes áreas: microeconomia e macroeconomia. A primeira visa entender o comportamento individual, enquanto a segunda estuda o comportamento agregado, resultante de inúmeras interações individuais. Segundo John Stuart Mill (1848) podemos definir a economia como sendo “ a ciência prática de produção e distribuição de riqueza”, para atingir tal objetivo foram criadas inúmeras teorias ligadas à diversas escolas de pensamento, como exemplo podemos citar a escola de pensamento clássica, marxista, austríaca, keynesiana entre outras.

Historicamente, pensadores destas escolas, aplicaram e usaram suas teorias, para entender e influenciar as economias de diversos países. Essas experiências geraram muitos sucessos e insucessos, e culminam no fato de que não se chegou a um consenso por parte dos economistas sobre qual teoria explica melhor a economia.

A partir da análise do caso brasileiro, pode-se perceber que existe uma grande intervenção estatal, bem como extensivas políticas públicas, e legislações para tentar diminuir os índices de desigualdade econômica, melhorar a redistribuição da renda, dar acesso a diversos bens via uso do dinheiro público.

Segundo estudiosos como Ludwig Von Mises, e Frederic Hayeck , a maneira de condução do Estado, até mesmo a sua existência são questionadas. Esses teóricos acreditam que através de uma maior liberdade econômica, a população conseguiria maior nível de bem estar social, assim como uma maior distribuição de renda.

A dúvida do tamanho que o Estado deve ter, surge praticamente junto com o início do Estado, desde quando o governo passa a controlar certas partes da economia, desde o surgimento do primeiro grau de intervenção governamental com intuito de ajudar a economia, na utilização de orçamento do governo para estimulação da economia no New Deal logo após a crise de 1929, e ainda é pauta de várias discussões econômicas ao redor do mundo, o que torna o tema relevante. As principais teorias relacionadas ao tema visam entender o desempenho das nações diante de uma maior liberdade econômica, que pode ser descrita:

Liberdade econômica esta presente quando indivíduos são permitidos escolher por si mesmos e engajar-se em transações voluntárias enquanto eles não causarem danos as outras pessoas ou suas propriedades. Enquanto indivíduos tem direito a sua própria vida, talentos e recursos, eles não tem direito sobre os outros. (Fraser Institute, 2016)

Mas quando se fala em liberdade econômica, muitas das críticas que surgem a respeito é que este modelo econômico não é capaz de promover bem estar social, que pode ser descrito como a satisfação das necessidades básicas, econômicas e culturais de uma comunidade.

Portanto este estudo busca realizar uma análise macroeconômica, usando como base as escolas clássica e austríaca, ou seja, busca-se entender a aplicação de teorias liberais, onde há diminuição do poder do estado, e aumento das liberdades individuais, e sua influência no crescimento e desenvolvimento econômico das nações. Para tanto serão analisados o Índice de Liberdade Econômica (ILE), PIB per Capta, e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e suas relações. Esta análise busca responder: um melhor índice de liberdade econômica pode influenciar positivamente no crescimento e desenvolvimento de um país?

1.2 Objetivos

Os objetivos deste estudo são definidos especificamente com o intuito de responder ou esclarecer o problemas de pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Entender e analisar se há uma relação entre o índice de liberdade das nações, o PIB per Capta e a qualidade de vida das pessoas que vivem nele, medido pelo IDH.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a relação entre liberalismo e crescimento econômico;
- Analisar a relação entre liberalismo e desenvolvimento econômico;
- Demonstrar exemplos de países em que o liberalismo seja benéfico;

1.4 Justificativa

O assunto abordado considera duas questões de suma importância para a população mundial: crescimento das nações e incremento no bem-estar social da população. Mas mais do que importante para a população, essa é uma questão que todos os governos buscam realizar, ou seja, fazer as nações progredirem.

Apesar do grande interesse pelo tema, vemos, na prática, poucos governos adotando estratégias liberais na condução da economia dos países. Tendo em vista a vasta gama de políticas intervencionistas observadas na grande maiorias dos

países, busca-se estudar como os poucos países *outliers*, ou seja, aqueles que optam por governos menos intervencionistas, progrediram.

As análises de estratégias de governo, intervencionistas ou não, são de interesse tanto político como social, uma vez que permitem nortear decisões econômicas frente a oscilações de mercado, crises, altos índices de desigualdade econômica, baixa renda per capita, entre outros problemas corriqueiros das nações. E ao se tomar melhores decisões pode-se minimizar os problemas citados, melhorando a qualidade de vida nas nações.

O interesse na análise surge com base nos problemas enfrentados hoje pela economia brasileira, que encontra sérias dificuldades para crescer e se desenvolver. Além disso, o Brasil vive uma grande divisão ideológica sobre qual a melhor forma de dirigir o Estado, o que torna o estudo atual e relevante.

1.5 Metodologia

Segundo Matias-Pereira (2006, p.85) “o método de pesquisa pode ser entendido como a forma escolhida pelo pesquisador para verificar a veracidade dos fatos e explicar de maneira consistente os fenômenos examinados.” Existem dois métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo. O método qualitativo pode ser explicado da seguinte forma:

“No método qualitativo a pesquisa é descritiva, ou seja, as informações obtidas não podem ser quantificáveis. Por sua vez, os dados obtidos são analisados de forma indutiva. Nesse sentido, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.” (Matias-Pereira, 2006, p.86)

Portanto essa pesquisa é considerada qualitativa, pois não faz uso de técnicas estatísticas, e irá analisar de forma indutiva dados secundários.

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, esta pode ser considerada uma pesquisa explicativa, pois como Gil (2009) explica é uma pesquisa que “visa

proporcionar maior familiaridade com o problema, com intuito de torna-lo explícito ou de construir hipóteses.

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa é considerada bibliográfica, que conforme Gil (2009) é uma pesquisa baseada em materiais já publicados, que podem ser livros, periódicos, artigos e materiais publicados na internet.

1.6 Estrutura da Monografia

Este trabalho terá sua estrutura dividida em dois principais tópicos, que visam facilitar o entendimento do assunto explanado. O primeiro tópico, se trata da revisão bibliográfica do tema, que tem como objetivo expor conceitos relevantes para a análise e entendimento da corrente de pensamento liberal, bem como seus efeitos sobre o crescimento e desenvolvimento econômico. Já o segundo tópico irá demonstrar os efeitos que o liberalismo, em maior ou menor medida, causa em diversas nações. A estrutura da monografia será finalizada com as considerações finais que visa explanar sobre os efeitos da aplicação de políticas liberais nas nações, buscando compreender se o liberalismo resulta em efeitos positivos ou negativos para as nações.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para o melhor entendimento deste trabalho é importante o entendimento de três variáveis e três conceitos econômicos, divididos em três sessões. A primeira sessão é referente ao posicionamento do estado e sua participação na economia, explicando dois conceitos principais, intervencionismo e liberalismo e a variável Índice de Liberdade Econômica. A segunda sessão irá tratar sobre o conceito de crescimento econômico e da variável PIB per Capta. A terceira sessão abordará o conceito de desenvolvimento econômico e a variável Índice de Desenvolvimento Humano.

2.1 Intervenção Estatal

A intervenção estatal existe quando o Estado tem o poder de intervir na economia, visando alterar os resultados que as interações de mercado gerariam. Essa intervenção pode acontecer por meio de regulações e proibições por exemplo, e normalmente tem como objetivo evitar ou controlar crises de demanda, oferta, ou ainda crises financeiras.

Ao analisar-se os conceitos de capitalismo e socialismo percebe-se uma grande diferença entre ambos: a forma como encaram as propriedades dos meios de produção. No capitalismo a propriedade dos meios de produção deve ser privada, enquanto no socialismo ela é pública. O intervencionismo surge como um meio termo entre as duas doutrinas, garantindo a propriedade privada, mas também dando o direito de regulação dessa propriedade, essa teoria é confirmada por Mises:

Tem sido alegado que o intervencionismo estaria equidistante do socialismo e do capitalismo; que como uma terceira via para solucionar os problemas sociais ficaria a meio caminho entre aqueles dois sistemas; e que sem perder as vantagens de ambos evitaria as desvantagens que lhes são inerentes. (Mises 2010, p. 19).

A partir do conceito de intervencionismo, surgem duas correntes de pensamento, a corrente intervencionista que defende que o Estado tenha o poder de intervir na economia, amplamente defendida por John M. Keynes (1883-1946), e a corrente liberal que é contra o intervencionismo estatal. Para saber com base em qual dessas correntes de pensamentos os governantes administram as nações atuais, pode-se usar o índice de liberdade econômica como medida. Estes três tópicos serão abordados a seguir.

2.1.1 Keynes

Para Keynes o Estado deveria intervir na economia sempre que julgasse necessário, mesmo que isso implicasse intervir no setor produtivo. Uma das principais preocupações de Keynes era o nível de emprego, expressa no livro Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda de 1936. Nesse livro o autor faz uma crítica aos teóricos clássicos e sua forma de pensar a respeito do emprego, uma vez que ele acreditava que, ao deixar a economia se autorregular, a mesma poderia atingir níveis de pleno emprego ou de desemprego total.

Keynes entende que o nível de emprego depende da demanda efetiva, que por sua vez depende principalmente do volume de investimento em empreendimentos. O investimento em empreendimentos só será realizado se o mesmo for mais lucrativo que a taxa de juros. Porém os empresários tendem a fugir do risco e ter preferência pela liquidez, sendo assim o governo deve intervir na situação para garantir a demanda agregada e o nível de emprego, através de gastos com educação e obras de interesse público por exemplo.

2.1.2 A corrente Liberal

A corrente liberal expressa um ponto de vista sobre o papel do estado oposta a de Keynes. Um dos maiores representantes da economia liberal clássica, Mises, diz que o papel do governo deveria ser:

“Compete a ele fazer todas as coisas para as quais ele é necessário e para as quais foi instituído. Tem o dever de proteger as pessoas dentro do país contra as investidas violentas e fraudulentas de bandidos, bem como defender o país contra inimigos externos. São estas as funções do governo num sistema livre, no sistema da economia de mercado.” (Mises, 2009, p. 45).

Portanto o papel do governo deveria se deter em produzir segurança, sendo essa sua única função. A partir dessa função pode-se definir o que seria o Intervencionismo:

“O intervencionismo significa a não restrição, por parte do governo, de sua atividade, em relação à preservação da ordem, ou – como se costuma dizer cem anos, atrás - em relação a “produção de segurança. O intervencionismo revela um governo desejoso de fazer mais.” (Mises, 2009, p.47)

Mises argumenta que o desejo de o governo querer fazer mais, significa que o mesmo irá intervir no mercado, e o problema do governo extrapolar suas funções, e intervir no mercado, leva o mesmo a intervir nos empreendimentos, obrigando os empreendedores a tomar decisões diferentes das que seriam tomadas em situação normal de mercado.

Ao intervir nos empreendimentos, o governo obriga os empresários a atuarem em uma situação não ótima, que pode ser um nível de produção diferente do ótimo, ou até mesmo pelo controle de preços, o que geralmente leva a uma situação de prejuízo. Uma situação deficitária não pode ser sustentada pelos empresários e portanto, o empreendimento será fechado. Já o governo tem o poder de gerir empresas deficitárias, porque pode cobrar tributos para cobrir os prejuízos.

Mises observa ainda que o intervencionismo tende a sair do controle do

governo, pois ele começa com a intenção de intervir em apenas um produto ou setor, normalmente através do preço, com isso os níveis de produção serão alterados, gerando escassez do produto que, para ser combatida, levará o governo a interferir no preço de um insumo, e isso irá se repetir indefinidamente. Logo, todo o setor de produção básico será controlado pelo governo, o que irá obriga-lo a intervir no setor de luxo também porque caso não interfira, haverá fuga de empreendedores dos setores básicos para os setores de luxo.

Portanto, o intervencionismo poderá levar a um governo socialista, com empresas operando em situação ineficiente, e grande tributação, minando a supremacia do consumidor.

2.1.3 Índice de Liberdade Econômica

As discussões sobre liberdade econômica nascem da necessidade de avaliar as relação entre indivíduos e governos. Pode-se dizer que qualquer ação do governo que interfira nas liberdades individuais, ou seja, tira a autonomia dos indivíduos, limita a liberdade econômica.

Entretanto é importante ressaltar que a liberdade econômica não pressupõem a ausência de governo, pelo contrário, o governo tem um papel importante para manter a paz da nação, defendendo os indivíduos e a nação. O grande problema da ação governo é quando esta excede o nível mínimo necessário, por exemplo quando impõem restrições à economia, o que leva inevitavelmente a uma perda da liberdade econômica. Outro problema de haver uma ação excessiva do governo em vários setores econômicos, é o surgimento de atividades *rentseeking*, ou seja, atividades que visam aumentar a participação na riqueza produzida pela sociedade sem gerar novas riquezas, o que é altamente prejudicial para a sociedade, pois além de se aproveitar da produção de riqueza, retira recursos empresariais, e tempo produtivo do mercado. Atividades *rentseeking* levam a uma menor produtividade e estagnação da economia, provando assim serem prejudiciais a nação.

2.1.3.1 Composição do Índice de Liberdade Econômica

A liberdade econômica é um conceito abstrato, e para ser medido na prática fez-se necessário a criação de um índice: o índice de liberdade econômica. Esse índice é calculado pela Fundação Heritage a mais de 20 anos, e estima o quão livre economicamente um país é, criando um ranking numerado de 0 a 100, medido pelas escalas descritas no quadro 1 a seguir:

Países reprimidos	0 – 49,9
Países majoritariamente reprimidos	50 – 59,9
Países moderadamente livres	60 – 69,9
Países majoritariamente livres	70 – 79,9
Países livres	80 – 100

Quadro 1: Escala do Índice de Liberdade Econômica.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da Fundação Heritage.

Para chegar ao resultado desse ranking, a Fundação Heritage analisa, quantitativamente e qualitativamente 10 aspectos, agrupados em 4 categorias descritos no quadro 2 a seguir:

Categorias
1. Estado de Direito
A. Direito de propriedade B. Liberdade de corrupção
2. Tamanho do Governo
A. Liberdade Fiscal B. Gastos do Governo
3. Eficiência Regulatória
A. Liberdade de Negócios B. Liberdade de Trabalho C. Liberdade Monetária
4. Abertura de Mercado
A. Livre Comércio B. Liberdade de Investimento C. Liberdade Financeira

Quadro 2: Categorias que compõem o Índice de Liberdade Econômica.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações da Fundação Heritage.

Para entender melhor o Índice de Liberdade Econômica faz-se necessário o entendimento de cada um dos critérios descritos no quadro acima, para isso será descrito a seguir cada categoria e seus respectivos aspectos.

2.1.3.1.1 Estado de Direito

Segundo a Embaixada Americana o estado de direito significa que nenhum indivíduo esta acima da lei, ou seja, mesmo os governantes estão sujeitos ao cumprimento da lei. No estado de direito as leis devem expressar a vontade da população e não de seus governantes. O reconhecimento de um estado de direito é fundamental para o pleno funcionamento das economias de mercado.

Para medir o estado de direito são usados dois aspectos: o direito de propriedade e a liberdade de corrupção. O primeiro aspecto se refere ao direito a acumular propriedade privada e riqueza, que é considerado importante por ser uma motivação para trabalhadores e investidores. Mas a partir do momento da existência do direito a propriedade privada é preciso que a mesma seja protegida, e esta função protetora é de responsabilidade do Estado, através de um sistema judicial autônomo, responsável e igualitário, transparente e eficaz. Um sistema judicial de qualidade está ligado a manutenção da paz, segurança, proteção dos direitos humanos, e é um dos principais determinantes no crescimento econômico de longo prazo, pois quando há segurança na proteção da propriedade privada, os agentes econômicos podem fazer planos de longo prazo, como por exemplo, poupar seus rendimentos e investir na atividade empresarial, porque entende-se que sua propriedade esta segura de desapropriações indevidas e roubos.

Para entender o segundo aspecto, liberdade de corrupção, é importante entender o conceito de corrupção, que em um sistema econômico livre, deve ser entendida como a falta de integridade do sistema econômico, que permite que indivíduos ou grupos de interesses ganhem privilégios as custas de toda sociedade. A corrupção pode se manifestar em forma de subornos, extorsão, nepotismo, e tende a se espalhar por todos os setores da economia. O tamanho do governo, ou seja, a quantidade de funções que o governo é responsável em uma determinada nação, influencia diretamente a quantidade de corrupção existente, pois quanto mais o governo pode intervir na economia, mais surgem oportunidades para praticar a corrupção, além de criar oportunidade para o surgimento de mercados informais, o que torna o mercado desigual, dificultando as atividades produtivas, por isso é necessário um mercado transparente e livre de corrupção.

2.1.3.1.2 Tamanho do Governo

O tamanho do governo se refere a quantidade de funções exercidas pelo governo, bem como a capacidade de intervenção que o mesmo exerce na

economia. Para medir esta categoria, são usados os aspectos liberdade fiscal e gastos governamentais.

A liberdade fiscal está diretamente ligada à quanto o governo está disposto a deixar que os indivíduos e empresas gerenciem seus rendimentos para seu próprio benefício, ou seja, uma maior ou menor quantidade de arrecadação de impostos, taxas, e criação empréstimos públicos para financiar o governo. Uma alta arrecadação governamental é prejudicial à economia porque dificulta o progresso de indivíduos e empresas no mercado, diminuindo assim a atividade do setor privado. A carga fiscal, ao ser medida, deve considerar impostos sobre pessoa física, jurídica, impostos indiretos, impostos sobre consumo, e impostos sobre valor adicionado. Para melhor captar a carga fiscal o Índice de Liberdade Econômica, usa a carga fiscal total, ou seja, todas as forma de taxação, em relação percentual do total do produto interno bruto (PIB).

Já os gastos do governo são financiados por uma elevada tributação que gera um custo de oportunidade, que representa o valor que teria sido consumido ou investido de forma privada se os recursos tivessem permanecido no setor privado. Os gastos governamentais são um questão chave na discussão sobre liberdade econômica porque um gasto excessivo do governo tende a excluir a atividade privada, além disso, os gastos governamentais geram uma expansão econômica temporária porque distorce os incentivos e a alocação de investimentos no setor privado, tornando o mercado ineficiente e menos produtivo, o que aumenta a dívida pública, levando a maiores tributação, sendo assim um ciclo sem fim.

Os gastos do governo podem ocorrer em forma de obras para melhoria da infraestrutura, fundos de pesquisa, ou educação para melhoria do capital humano por exemplo.

2.1.3.1.3 Eficiência Regulatória

A eficiência regulatória é medida através da liberdade nos negócios, no trabalho e pela liberdade monetária.

A liberdade nos negócios refere-se a liberdade que os indivíduos tem de estabelecer e gerir uma empresa sem a interferência indevida do Estado, interferência que normalmente é feita por meio de regulamentações onerosas e redundantes. Essas regulamentações podem reduzir a produtividade e a rentabilidade de um empreendimento, tornando difícil que este se sustente no mercado, pois afeta a decisão da formação de preços por exemplo, ou ainda as regulamentações podem dificultar ou até mesmo impedir a abertura de novos empreendimentos, o que é considerado a pior forma de minar a liberdade nos negócios. A alta regulamentação desestimula a atividade produtiva, pois altera a formação de preços, a geração de lucro, além de tornar o mercado de longo prazo instável e as vezes até mesmo imprevisível.

A liberdade no trabalho se refere a liberdade que os indivíduos tem de transitar no mercado em busca de melhores oportunidades, bem como a liberdade das empresas contratarem e demitirem funcionários conforme suas necessidades visando sempre aumentar a produtividade. Quando o governo interfere no mercado de trabalho, não permitindo mais as trocas voluntárias entre empresas e empregados, através de regulamentações trabalhista para contratações, demissões ou por meio de fixação de salários, o governo impede que os envolvidos negociem livremente gerando disparidade entre a demanda e oferta de trabalho. Além do governo, sindicatos podem contribuir para o aumento ou diminuição da liberdade de trabalho. Se não há liberdade no trabalho a produtividade das empresas tende a cair, o que diminui o crescimento econômico da nação.

A liberdade monetária, por sua vez, refere-se a existência de uma moeda estável, e confiável. A liberdade monetária é importante, porque os indivíduos e os empresários devem poder fazer planos de longo prazo, para poder criar valor e acumular capital. Para que esta liberdade exista é preciso um banco central independente e inflação baixa, pois alta inflação confisca riqueza, distorce preços, e eleva os custos empresariais.

2.1.3.1.4 Abertura de Mercado

A abertura de mercado é mensurada através dos seguintes aspectos: livre comércio, liberdade de investimento e liberdade financeira.

O livre comércio refere-se a abertura das economias para os fluxos de bens e serviços de todo o mundo, além de permitir que os indivíduos ajam livremente como compradores ou vendedores no mercado internacional. As restrições ao livre comércio normalmente são tarifas, impostos de importação, cotas de comércio, proibições comerciais, ou regulamentações de barreiras. Quanto menor o livre fluxo do comércio, mais difícil se torna maximizar a produtividade e até mesmo o bem-estar dos indivíduos, além de as vezes tornar produtos e tecnologias inacessíveis, o que impede a eficiência produtiva local e global, e o crescimento das nações.

A liberdade de investimento beneficia as empresas e a sociedade, pois proporciona o máximo de oportunidades empresarias, incentivos para a expansão da atividade econômica, melhora a produtividade, e a geração de empregos. A existência da liberdade de investimento implica na transparência e equidade do mercado, ou seja, todas os tipos e tamanhos de empresas são apoiadas, bem como há estímulo para a inovação e concorrência. Quando há restrição da circulação do capital, no âmbito nacional ou internacional, a alocação eficiente de recursos é impossível, e há redução da produtividade, modificando as decisões econômicas, o que diminui o crescimento econômico. Observa-se ainda que quanto maior as restrições impostas sobre os investimentos, menor o nível de atividade empreendedora na nação.

Para existir liberdade financeira é preciso que exista um sistema financeiro formal, acessível, eficiente, que assegure a disponibilidade de serviços diversificados de poupança, crédito, pagamento e investimento, porque com a expansão das oportunidades financeiras e com incentivos à atividade empresarial, o ambiente bancário livre estimula a concorrência, o que o torna mais eficiente. Neste caso, o papel do governo é garantir a transparência e integridade do mercado.

2.2 Crescimento Econômico

O crescimento econômico representa um aumento real na produção de uma nação em um determinado período. O crescimento representa apenas um aumento quantitativo na produção da nação, o que representa o enriquecimento da mesma, mas não necessariamente melhora o bem-estar social.

A principal forma de medir o crescimento econômico é através do indicador que mede o Produto Interno Bruto (PIB), que mede a quantidade de bens e serviços produzidos em determinado período, bem como o preço de venda desses bens e serviços. Porém a medida do PIB nem sempre representa da melhor forma um crescimento econômico, porque o fator preços pode afetar o indicador, por isso é necessário medir o volume de produção a preços constantes, o conhecido PIB real, que mede mais fielmente o crescimento econômico. Entretanto:

Na análise do desempenho econômico de um país, devemos investigar inicialmente não o valor de seu produto agregado, mas o valor de seu produto per capita, isto é, o produto agregado dividido pela população total. (Paulani, 2013, p. 341)

O PIB tanto nominal como real, medem o desempenho econômico de uma nação, porém essa medida precisa ser relativizada em relação ao tamanho da nação em termos de população. Por isso, para analisar melhor o crescimento de uma nação devemos usar o indicador PIB per capita.

2.2.1 PIB per Capta

O PIB per Capta é o resultado da divisão do PIB total pela população do país. Esse divisão vai resultar na renda média por indivíduo daquela nação em um

determinado período. Porém esse resultado é uma estimativa média da renda, portanto:

Na ausência de informações sobre como o produto é verdadeiramente distribuído, o mero conhecimento do valor do produto per capita de determinado país é insuficiente para que possamos tirar qualquer conclusão quanto ao estágio de desenvolvimento em que esse país se encontra. (Paulani, 2013, p. 341)

Portanto o PIB per capita não representa o estado real de desenvolvimento, nem a concentração da renda.

2.3 Desenvolvimento

O desenvolvimento econômico representa uma melhora na qualidade de vida da população de uma nação. O desenvolvimento é normalmente medido por indicadores sociais, como por exemplo educação e saúde.

Existe uma longa discussão por parte dos teóricos econômicos que visam diferenciar crescimento e desenvolvimento econômico, pois crescimento representa apenas um acréscimo da riqueza da nação sem necessariamente trazer benefícios a toda população. Portanto, é comum se dizer que pode haver crescimento de uma nação em um determinado período sem haver desenvolvimento simultaneamente. Isso significa que a riqueza gerada ficou concentrada nas mãos de poucos, não beneficiando a camada mais pobre da população, bem como não garantindo melhores condições de acesso, ou de qualidade, à saúde e educação, para a maioria da população.

Para este trabalho será considerado que crescimento e desenvolvimento econômico não necessariamente se apresentam juntos, ou seja, um pode ser verificado sem a existência do outro. Porém será considerado também que ambos devem crescer juntos, sendo que o crescimento econômico faz-se muito necessário para verificar a existência de desenvolvimento econômico das nações.

2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano

Índice de desenvolvimento humano, IDH, é um índice utilizado para medir o grau de desenvolvimento em um país, e considera que renda per capita é uma fator muito importante para o desenvolvimento da nação, mas que só ele não capta a qualidade de vida, por isso a necessidade de fazer um índice misto, que considera renda per capita e indicadores de qualidade de vida. O IDH foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O calculo do IDH abrange três variáveis a saber: renda per capita, educação, medido pela média ponderada da média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados, e expectativa de vida ao nascer.

O que está por trás da combinação de indicadores que constitui o IDH é a ideia de que o crescimento material de um país, refletido na renda per capita, deve vir acompanhado de um aumento na esperança de vida de seus habitantes e de uma expansão nas condições de educação, de modo a tornar efetivamente universal esse crescimento. (Paulani, 2013, p. 354)

O índice é medido através da média geométrica dos três fatores que o compõem, o que resulta em um número situado em uma escala de 0 a 1, cujos significados estão descritos no quadro 3 a seguir:

Escala	Significado
0 a 0,499	Baixo desenvolvimento humano
0,500 a 0,799	Médio desenvolvimento humano
0,800 a 1	Alto desenvolvimento humano

Quadro 3: Escala do IDH.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme pode-se observar no quadro 3 quanto mais próximo de 1 melhor o resultado do IDH na nação.

3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS LIBERAIS NO MUNDO

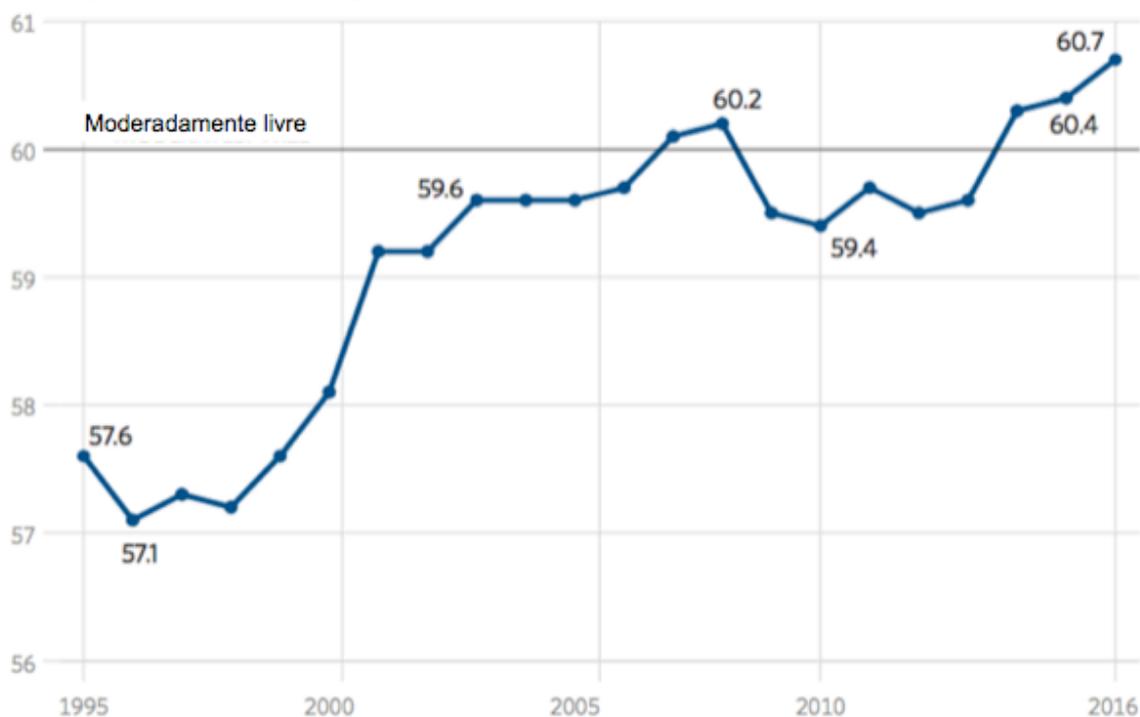
A corrente de pensamento liberal sugere que governos menos atuantes, ou seja, aqueles que intervêm menos no funcionamento do mercado, e por consequência permitem que o mercado se autorregule, irão conduzir suas nações de melhor forma, tornando-a mais próspera. Nações mais prósperas são aquelas que apresentam um bom índice de crescimento econômico anual, mas que, além disso, apresentam um bom nível de bem-estar social, medido pelo desenvolvimento social.

A veracidade dos resultados positivos da adoção do liberalismo na condução do governo pode ser verificada no índice de Liberdade Econômica publicado, anualmente pela Fundação Heritage. Este índice indica uma correlação positiva entre liberdade econômica, crescimento e desenvolvimento econômico no mundo.

Até a criação do Índice de Liberdade Econômica era muito difícil saber se uma nação era livre ou não, entretanto, a partir do momento em que se criou uma medida quantitativa que representa em escala de 0 a 100 o nível de liberdade de cada nação, a corrente liberal ganha um novo instrumento quantitativo, que se torna útil para mostrar empiricamente os resultados da aplicação da teoria.

Com base nos dados da Fundação Heritage, pode-se observar que o mundo, nos últimos 21 anos, vem se tornando mais liberal. Essa evolução pode ser percebida pela média global do índice de liberdade econômico, apresentado no gráfico 1 a seguir:

Média mundial do Índice de Liberdade Econômica



Gr

Gráfico 1: Média global do Índice de Liberdade Econômica.

Fonte: Fundação Heritage

Conforme o gráfico mostra, a média global do índice de liberdade econômica passou de 57,6 em 1995, para 60,7 em 2016, ou seja, um aumento de 3,1 pontos. Além da evolução da pontuação é importante destacar que há uma mudança de categoria, ou seja, o mundo passa de “majoritariamente reprimido” em 1995, para “moderadamente livre em 2016.

Apesar desta tendência, a maioria dos países no ano de 2016 encontram-se na categoria “majoritariamente reprimidos”. A distribuição completa dos países nas categorias do índice de liberdade econômica pode ser observada no gráfico 2 a seguir:

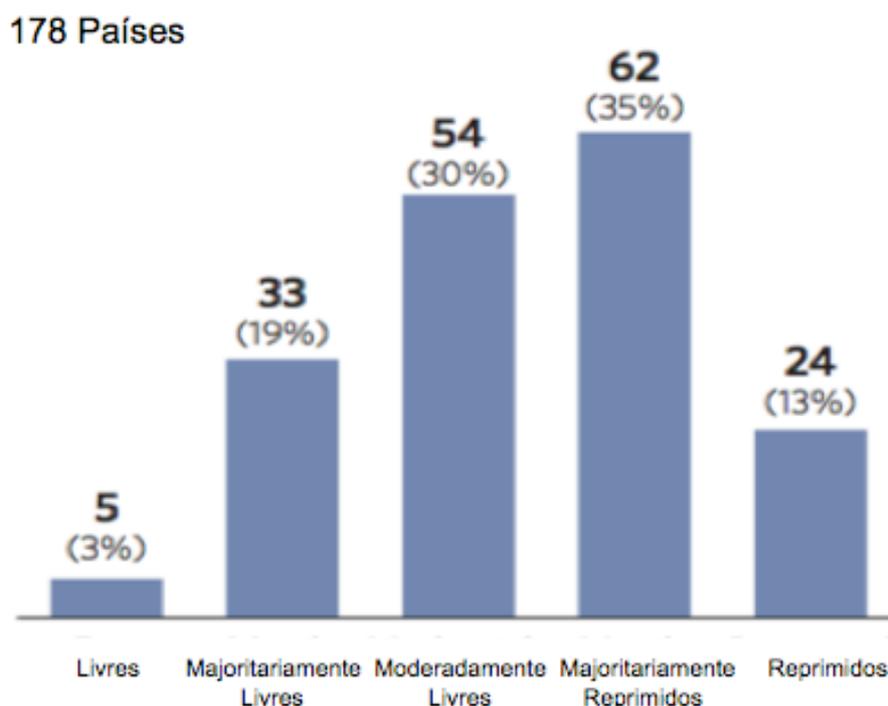


Gráfico 2: Distribuição Dos Países nas Categorias do Índice de Liberdade Econômica.

Fonte: Fundação Heritage

No ano de 2016, o mundo apresenta 62 países “majoritariamente reprimidos”, 54 países “moderadamente livres”, 33 países “majoritariamente livres”, 24 países “reprimidos” e 5 países “livres”. O que mostra que ainda há poucos países que optam por políticas extremamente liberais, porém há um grande número de países que aplicam políticas liberais mesmo que em diferentes intensidades, o que comprova a tendência de crescimento da pontuação do *ranking* mundial do índice de liberdade econômica. O Brasil, no ano de 2016, encontra-se situado na categoria “majoritariamente reprimido”.

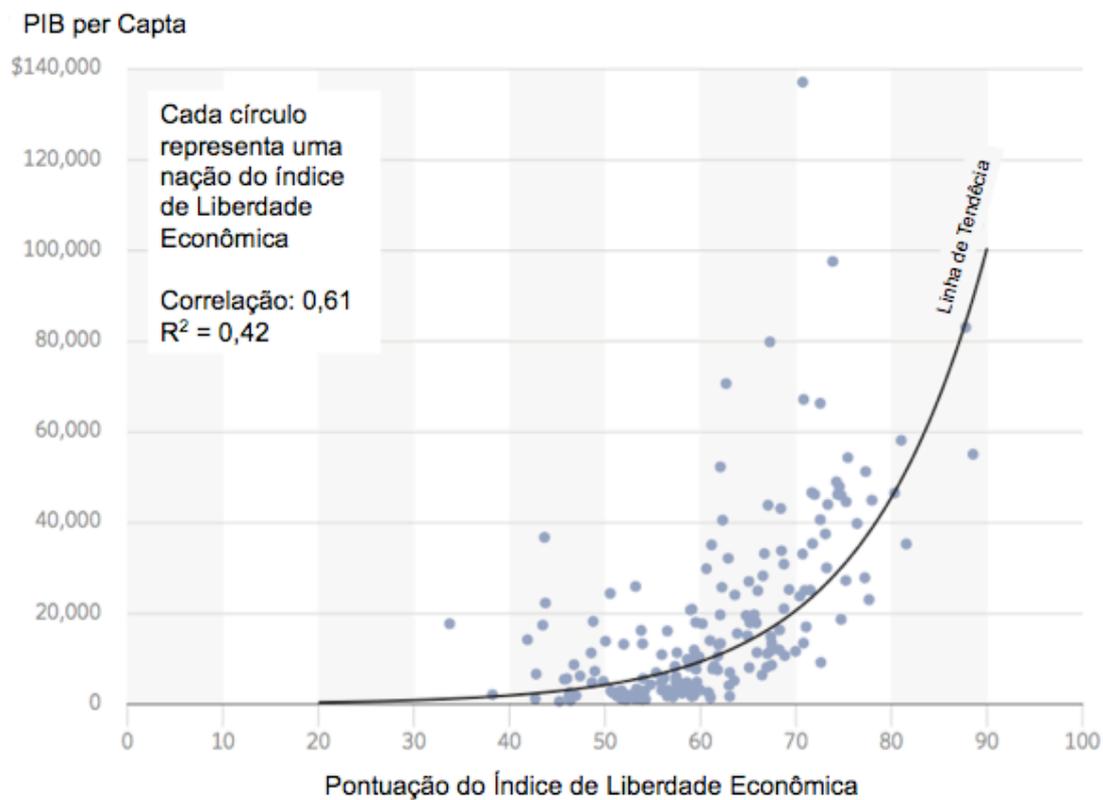
A evolução na média global do índice de liberdade econômica mostra a existência de uma tendência mundial em adotar políticas mais liberais. Segundo Mises (2010, p.76) “ o conhecimento econômico leva necessariamente ao liberalismo”, o que explica parcialmente a tendência mundial em adotar políticas mais liberais. Porém, esse crescimento na média global do índice de liberdade econômica, ainda é um avanço pequeno considerando o período de tempo analisado.

3.1 Políticas Liberais e o Crescimento Econômico

A teoria liberal sugere que governos menos intervencionistas, ou seja, aqueles que permitem que o mercado se autorregule, apresentam melhores resultados econômicos, porque como cada agente econômico busca maximizar seus ganhos, buscando agir da forma mais eficiente, o resultado agregado da nação passa a ser melhor.

Para medir resultados econômicos, a medida mais comum a ser utilizada é o PIB, pois este representa o crescimento da nação em um período de tempo. Para uma medição ainda mais precisa pode se utilizar o PIB per capita, que é a divisão do PIB total pela população da nação. O PIB per capita é utilizado para dimensionar o valor da riqueza produzida em um determinado período, uma vez que, quanto maior a população do país, maior deverá ser a produção de riquezas, ou seja, maior deverá ser o PIB total.

Ao analisar-se o PIB per capita das nações mundiais em relação a sua classificação no índice de liberdade econômica nota-se a existência de um fator de correlação positivo entre as duas variáveis que pode ser observado no gráfico 3 a seguir:



Gráfico

o 3: PIB per capita x índice de Liberdade Econômica.

Fonte: Fundação Heritage.

Pode-se observar no gráfico que os países com maior pontuação no índice de liberdade econômica (eixo horizontal), apresentam também um maior nível de renda per capita (eixo vertical).

Essa relação pode ser melhor observada no gráfico 4 a seguir:

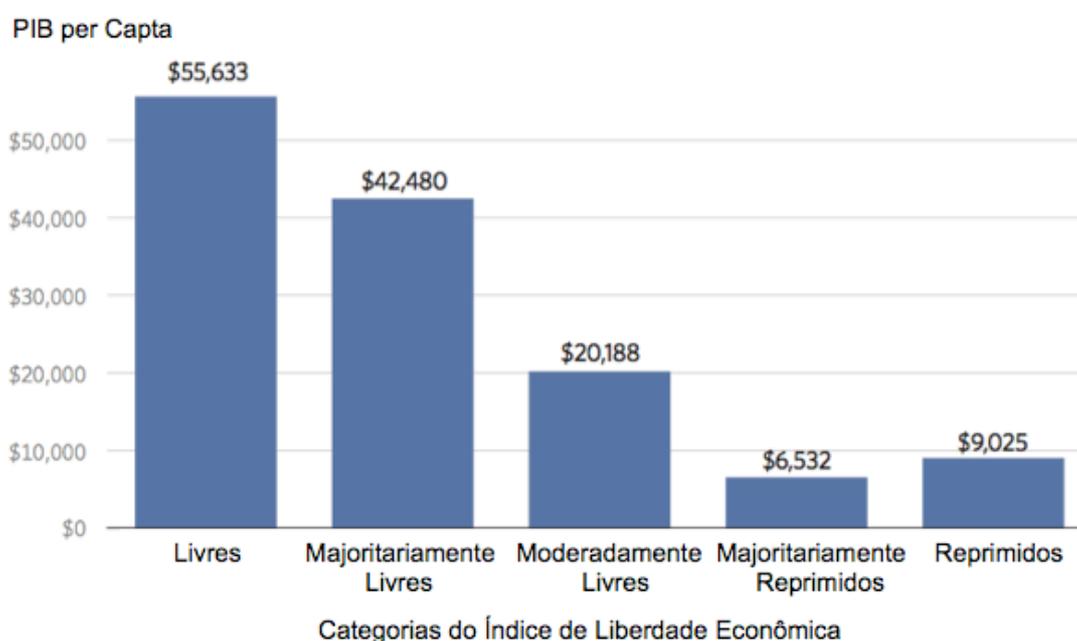


Gráfico 4: PIB per capita x Categorias do índice de Liberdade Econômica.

Fonte: Fundação Heritage

O gráfico acima representa a renda per capita média de todos os países agrupados em categorias do índice de liberdade, no ano de 2016. É possível observar a existência de uma tendência crescente entre a categoria em que o país está situado no *ranking* e sua renda, sendo que, quanto mais livre, maior a renda per capita. A exceção se dá por parte dos países reprimidos que apresentam uma melhor renda per capita média em relação aos países majoritariamente reprimidos.

Os países que fazem parte da categoria “livre” apresentam uma renda per capita média de \$55 mil dólares, sendo a maior renda. Seguidos da categoria “majoritariamente livres” que apresentam uma renda per capita média de \$42 mil dólares. Já a categoria “moderadamente livres” tem uma renda per capita média de \$20 mil dólares. As duas piores rendas médias per captas são encontradas nas categorias “majoritariamente reprimidos” e “reprimidos”, de \$6 mil dólares e \$9 mil dólares, respectivamente.

É interessante ainda observar que, a categoria “majoritariamente livre” apresenta uma renda per capita média, aproximadamente, do dobro da observada na categoria “moderadamente livres”. Além disso, nota-se que a renda per capita média

dos países da categoria “livre” é aproximadamente seis vezes maior que a renda média dos países pertencentes a categoria “reprimidos”.

Portanto, observa-se um cenário próspero para adoção de políticas liberais, uma vez que as mesmas apresentam resultados empíricos positivos.

Outra evidência empírica da vantagem da adoção de políticas liberais pelas nações é a análise da renda per capita média dos cinco países mais livres, contra a renda per capita média dos 5 países menos livres, agrupados por regiões. Essa análise visa minimizar as discrepâncias de renda que podem surgir por fatores históricos e culturais, por exemplo. O gráfico 5, a seguir, apresenta os resultados desta análise.

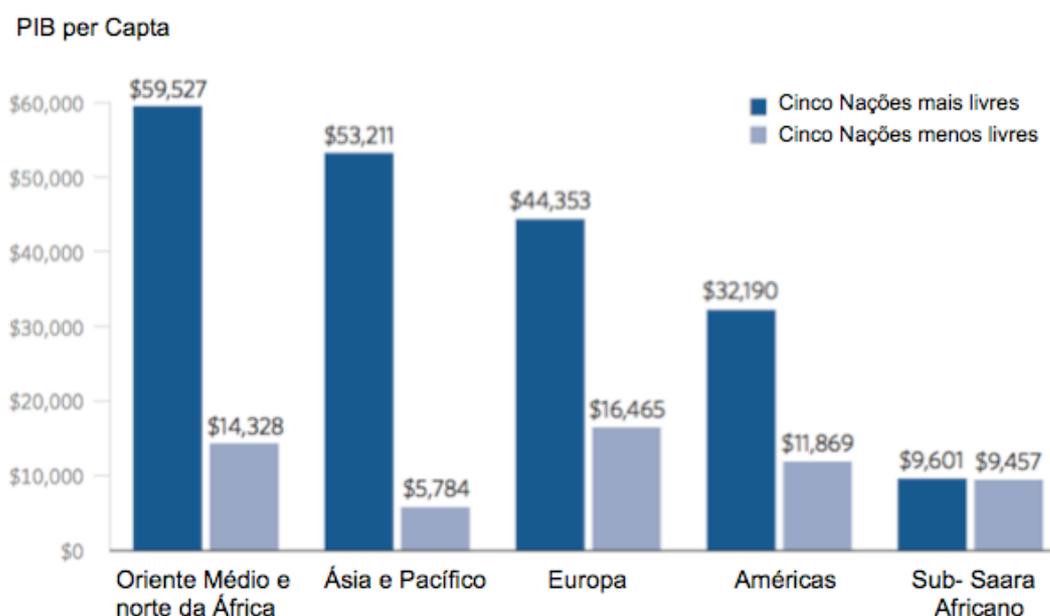


Gráfico 5: PIB per capita distribuído em Regiões.

Fonte: Fundação Heritage

Neste gráfico pode-se observar que mesmo entre as regiões há uma grande diferença de renda entre os países mais e menos livres. A exceção é a região do sub-Saara Africano, que apresenta renda per capita média praticamente igual para os seus 5 países mais livres e menos livres.

Em contra partida o grupo com maior diferença na renda é a região da Ásia e países do Pacífico, na qual os países mais livres apresentam uma renda per capita média aproximadamente 10 vezes maior que os países menos livres. A região composta pelo oriente médio e norte da África apresenta a segunda maior diferença, sendo que a renda per capita média dos países mais livre é aproximadamente 4 vezes maior que a renda per capita média dos países menos livres. Na região da Europa os países mais livres apresentam uma renda per capita média de aproximadamente o dobro dos países menos livres. Por último, na região das Américas, os países mais livres apresentam uma renda per capita média aproximadamente três vezes maior que os países menos livres.

É possível destacar ainda, que a mudança de categoria da média global no índice de liberdade econômica, trouxe consigo benefícios agregados para o PIB global e para a pobreza mundial, conforme demonstrado no gráfico 6 a seguir:

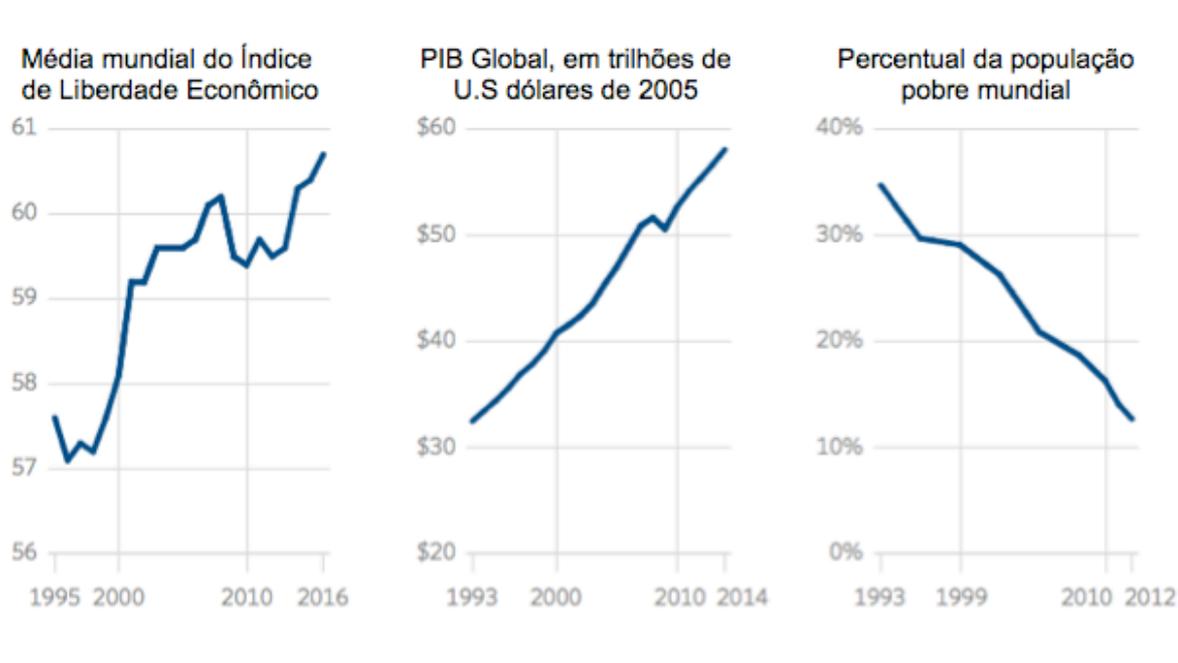


Gráfico 6: Distribuição Dos Países nas Categorias do Índice de Liberdade Econômica.

Fonte: Fundação Heritage

O gráfico acima mostra que ao mesmo tempo em que a média global do índice de liberdade cresce, o PIB real mundial cresceu de aproximadamente \$30

trilhões dólares em 1993, para aproximadamente \$60 trilhões dólares em 2014. Observa-se ainda que a pobreza diminui pela metade.

Todos os dados apresentados demonstram a robustez da teoria liberal, uma vez que comprovam uma relação positiva entre a adoção de políticas liberais e crescimento econômico. Além de demonstrar uma melhora na renda per capita e nos níveis de pobreza mundial.

3.2 Políticas Liberais e o Desenvolvimento Econômico

Quando se fala em políticas mais liberais normalmente a crítica que se faz é sobre essas políticas estarem apenas preocupadas com os aspectos financeiros, ou seja, com o enriquecimento da nação. Entretanto as escolas de pensamento liberais também se preocupam com as melhorias sociais, pois entende-se que liberdade econômica é muito mais do que obter sucesso financeiro, envolve também alcançar progresso social, gerando bem estar para a população.

A liberdade econômica busca elevar a riqueza, reduzir a pobreza, mas busca também maiores níveis de desenvolvimento humano. Isso pode ser observado no gráfico 7, a seguir, que demonstra a relação entre liberdade econômica e o índice de desenvolvimento humano.

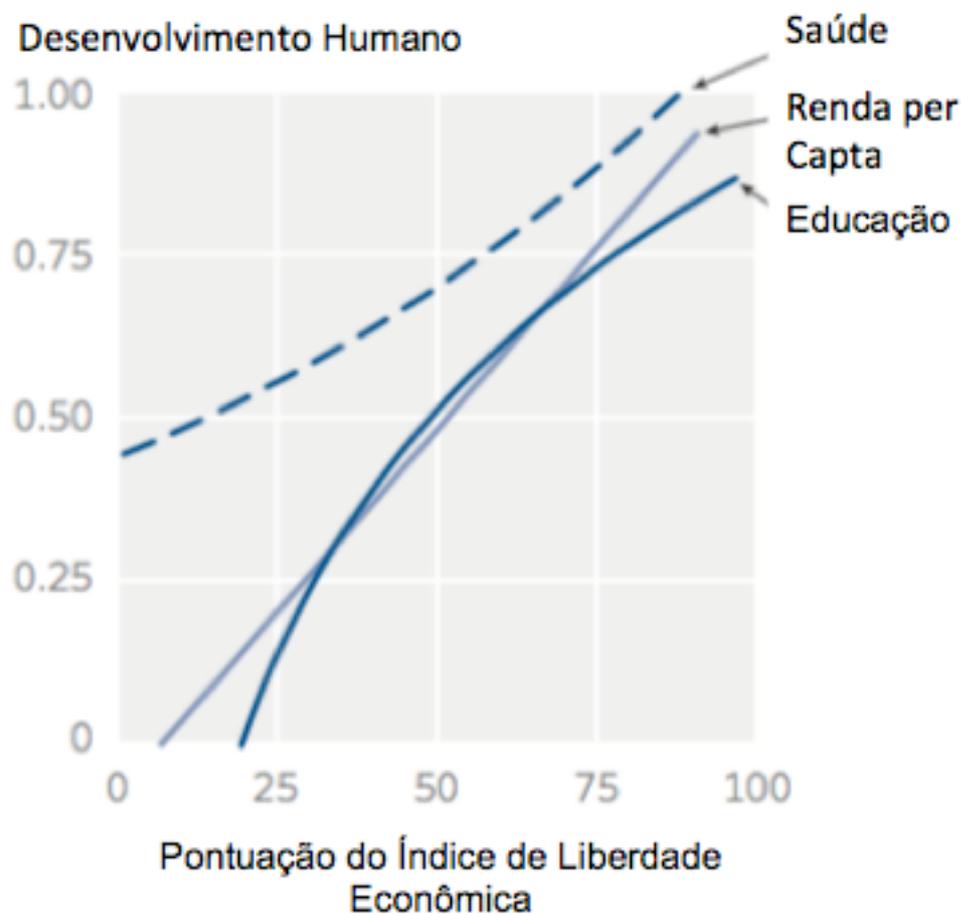


Gráfico 7: Índice de Liberdade Econômica x Desenvolvimento Humano.

Fonte: Fundação Heritage

Pode-se observar no gráfico que governos que adotam políticas mais liberais obtêm melhoras nas oportunidades de educação, na qualidade da saúde, e um melhor padrão de vida, proporcionado por uma renda maior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o intuito de analisar se há indícios de uma relação entre o grau de liberdade econômica, o crescimento econômico e desenvolvimento econômico das nações. Utilizando o índice de Liberdade Econômica, da Fundação Heritage, fez-se uma análise qualitativa, a qual demonstra indícios de que países com maiores níveis de liberdade econômica apresentam maiores níveis de crescimento e desenvolvimento econômico, em comparação com os países de menor índice de liberdade.

No entanto, ressalta-se que a definição de liberdade econômica ainda é um tema complexo e polêmico na literatura econômica, uma vez que existem subdivisões na forma de pensar e medir a liberdade econômica. Esta pesquisa adota o termo liberdade econômica definido pela Fundação Heritage, que define a mesma como o grau de intervenção que os governos exercem em diversas áreas econômicas das nações. Portanto, a pesquisa investiga como a condução dos governos, e suas decisão de maior intervenção ou não, afetam as variáveis crescimento e desenvolvimento das nações.

As análises dos países ao longo dos últimos vinte e um anos mostram que há uma grande relação entre a liberdade econômica da nação e o PIB. Mesmo ao analisar o PIB per capita é possível notar que nações mais livres apresentam um PIB per capita muito superior ao das nações menos livres. Os dados agregados do mundo demonstram uma clara relação entre a liberdade econômica, o crescimento do PIB e a diminuição da pobreza. Mesmo quando analisando as diferenças entre a liberdade econômica nos países de uma mesma região é possível evidenciar que os países mais livres apresentam um melhor PIB per capita, o que torna a conclusão da existência da relação entre liberdade econômica e crescimento econômico mais sólida, uma vez que, ao analisar os países de cada região separadamente, se minimiza o fator histórico e cultural que pode influenciar nos resultados do crescimento de cada país.

Observa-se, ainda, que é possível dizer que existe uma relação positiva entre

liberdade econômica e desenvolvimento humano, uma vez que países com maior índice de liberdade econômica também apresentam melhores resultados no Índice de Desenvolvimento Humano, ao longo do tempo. Entretanto, as evidências dessa relação são bem mais fracas do que as evidências da relação entre liberdade econômica e crescimento econômico.

Portanto, a presente pesquisa demonstrou que, os países com maior índice de liberdade econômica, apresentam um melhor nível de crescimento econômico, bem como uma melhor renda per capita, e bom nível de desenvolvimento humano. Entretanto sugere-se para trabalhos futuros que busquem investigar mais a fundo a existência da relação entre liberdade econômica e desenvolvimento econômico, abordando mais variáveis como por exemplo o índice de Gini.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BERGGREN, Niclas. *The Benefits of Economic Freedom: A Survey*. The Independent Review, 2003

EMBAIXADA AMERICANA. Democracia. Disponível em <<https://www.embaixada-americana.org.br/democracia/law.htm>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

GENNARI, Adilson, Marques. **História do Pensamento Econômico**. In: BIBLIOTECA virtual UFSM. São Paulo: Saraiva, 2009. 401 p. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502117327/>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

GWARTNEY, James; LAWSON, Robert; HALL, Joshua. *Economic Freedom of The World 2015: Annual Report*. Fraser Institute, 2015

HAAN, Jakob de; STURM, Jan-Egbert. *On the Relationship Between Economic Freedom and Economic Growth*. Elsevier Science 2000

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. In: BIBLIOTECA virtual UFSM. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016. 176 p. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

MILLER, Terry; KIM, Anthony, B. **Index of Economic Freedom: Promoting Economic Opportunity and Prosperity**. Whashington: The Heritage Foundation; New York: Dow Jones & Company, Inc. 2016. 500 p. Disponível em: <http://www.heritage.org/index/pdf/2016/book/index_2016.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

MISES, Ludwig von. **As seis Lições**. 7 ed. São Paulo: Instituto von Mises Brasil, 2009. 106 p.

MISES, Ludwig von. **Intervencionismo, uma Análise Econômica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 160 p.

MISES, Ludwig von. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 144p.

PAULANI, Leda, Maria. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. In: BIBLIOTECA virtual UFSM. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 520 p. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978850193840/>>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

SOBEL, Russel S.; CLARK, J.R.; LEE Dwight R. ***Freedom, barriers to entry, entrepreneurship, and economic progress***. *The Review of Austrian Economics* Volume 20. 2007